



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE BARUÈ PROVÍNCIA DE MANICA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Hidrografia e Topografia	2
1.3 Infra-estruturas	4
1.4 Economia e Serviços	5
2 História, Política e Sociedade Civil	8
2.1 História e cultura	8
2.2 Cenário político actual e sociedade civil	10
3 Demografia	12
3.1 Estrutura etária e por sexo	12
3.2 Traço sociológico	12
3.3 Línguas faladas	13
3.4 Analfabetismo e Escolarização	13
4 Habitação e Condições de Vida	14
5 Organização Administrativa e Governação	17
5.1 Governo Distrital	17
5.2 Reforma do sector público	20
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	20
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	21
5.3.2 Educação e Saúde	23
5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto	23
5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social	24
5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública	25
5.4 Desminagem	26
5.5 Finanças Públicas	26
5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	27
5.7 Participação comunitária	28
5.8 Apoio do sector privado	28
5.9 Apoio externo	28
6 Posse e Uso da Terra	29
6.1 Posse da terra	29
6.2 Trabalho agrícola	30
6.3 Utilização económica do solo	31

6.3.1	Agricultura	31
6.3.2	Pecuária e Avicultura	31
6.3.3	Produção não agrícola	31
7	Educação	32
8	Saúde e Acção Social	35
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	35
8.2	Acção Social	36
9	Género	39
9.1	Educação	39
9.2	Actividade económica e exploração da terra	39
9.3	Governança	40
10	Actividade Económica	41
10.1	População economicamente activa	41
10.2	Orçamento familiar	42
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	43
10.4	Infra-estruturas de base	44
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	45
10.5.1	Zonas agro-ecológicas	45
10.5.2	Infra-estruturas e equipamento	46
10.5.3	Produção agrícola e sistemas de cultivo	46
10.5.4	Pecuária	48
10.5.5	Pescas, Florestas e Fauna bravia	48
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	49
Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Barue		50
Documentação consultada		51

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	12
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	12
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	13
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	13
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	13
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	15
TABELA 7:	Edifícios públicos existentes	18
TABELA 8:	Associações Culturais e Juvenis	24
TABELA 9:	Programas de acção social, 2000-2003	24
TABELA 10:	População, por condição de frequência escolar	32
TABELA 11:	População, por nível de ensino que frequenta	33
TABELA 12:	População, por nível de ensino concluído	33

Barue



TABELA 13:	Escolas, alunos e professores, 2003	34
TABELA 14:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	35
TABELA 15:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	35
TABELA 16:	População, por condição de orfandade, 1997	36
TABELA 17:	População deficiente, por idade e residência, 1997	37
TABELA 18:	Programas de acção social, 2000-2003	37
TABELA 19:	População activa, por ramo de actividade, 2005	42
TABELA 20:	Rede de Estradas	44
TABELA 21:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	48

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	14
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	15
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	16
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	26
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	30
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais	31
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta	32
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	36
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	39
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	40
FIGURA 11:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	41
FIGURA 12:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	42
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	43



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

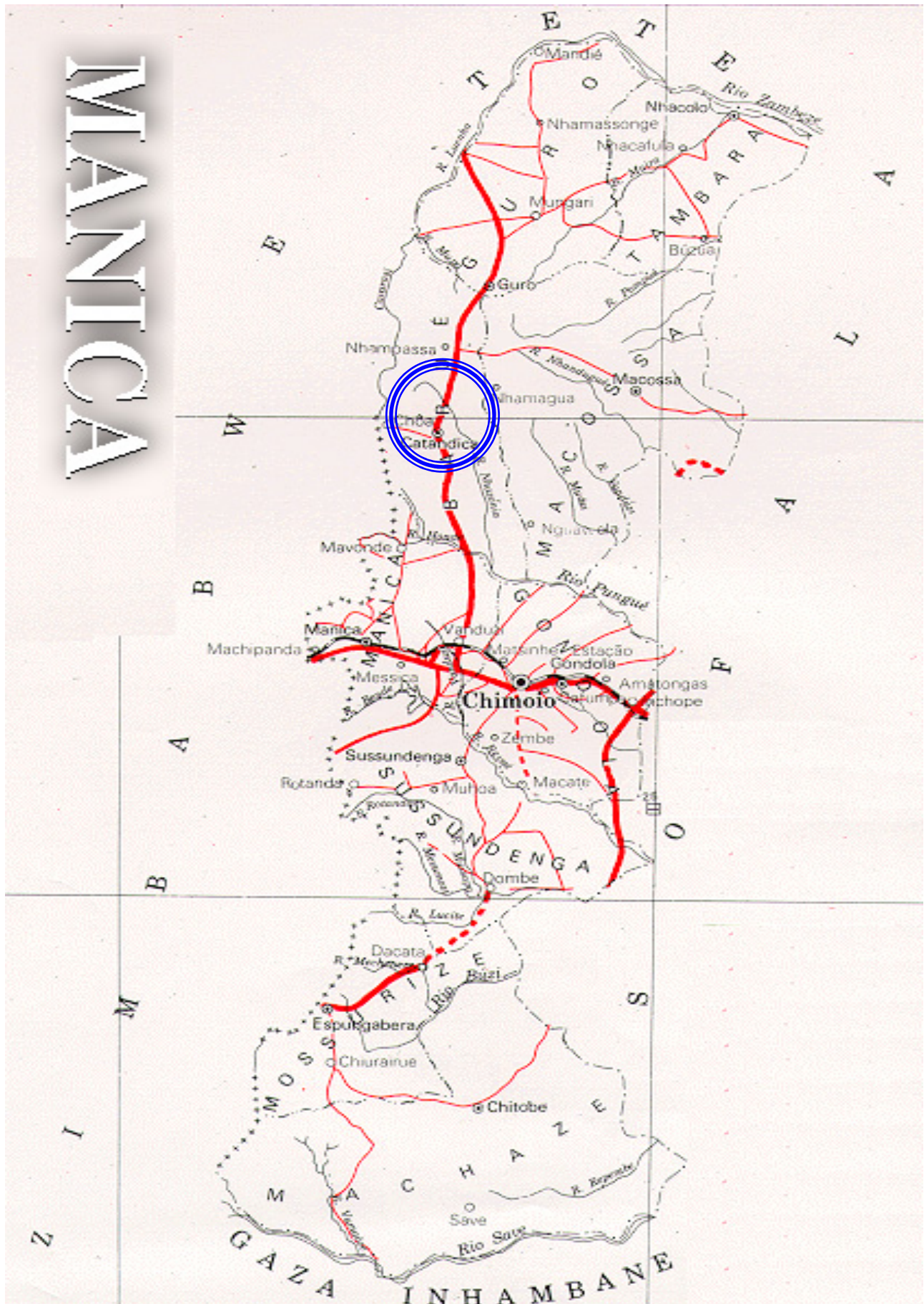
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Bárue, localiza-se a Noroeste da Província de Manica, limitado a Norte pelo Distrito de Guro através do rio Mupha, a Oeste faz limite com a República do Zimbabwe, através dos rios Pandira e Tchatola, a Sul confina com os Distritos de Manica e Gondola através do rio Punguè e a Este com o Distrito de Macossa.

Com uma superfície¹ de 5.743 km² e uma população recenseada em 1997 de 80.760 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 103.364 habitantes, o distrito de Barué tem uma densidade populacional de 20.1 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:0.9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

A população é jovem (49%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 30%).

1.2 Clima, Hidrografia e Topografia

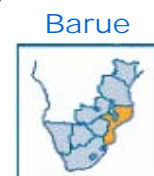


O clima do distrito é predominantemente do tipo “Tropical Chuvoso de Savana” na região planáltica ao redor do maciço montanhoso de Choa (classificação de Köppen), com duas estações distintas, a estação chuvosa e a seca, e do tipo “Temperado Chuvoso de Montanha”, na região montanhosa de Choa.

A precipitação média anual na estação mais próxima (Catandica) é cerca de 1.591 mm, enquanto a evapotranspiração potencial média anual está na ordem dos 1.240 mm.

A maior queda pluviométrica ocorre sobretudo no período compreendido entre Novembro de um ano e Abril do ano seguinte, variando significativamente na quantidade e distribuição, de 1.000 a 1.400 mm na região planáltica, podendo ser alta a excessiva na região montanhosa (1.300 a 1.700 mm).

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>



A temperatura média anual varia de 20 a 26°C na primeira região e entre 20 e 24°C na região de Choa. As médias anuais máxima e mínima são de 28.8 e 15.7°C, respectivamente, sendo moderada a grande a amplitude térmica.

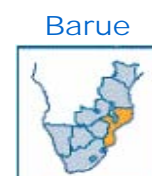
O distrito possui importantes recursos hídricos, a destacar: Rio Pungué, Nhazónia, Phandira, Txatora, Caerezi, Mussinze, Ruela, Nhauroa, Mussambize, Nhahangale, Malómue, Nhamuca, todos de regime permanente.

O distrito de Bárue possui um relevo planáltico, sendo caracterizado por 3 regiões fisiográficas distintas, nomeadamente:

- Cordilheira montanhosa, com solos aluviais e temperaturas médias anuais de 18° C, o que permite o desenvolvimento de culturas como a batata-reno, feijões, trigo, maçã, algodão, uva e outras culturas do clima tropical de altitude. Esta região, para além das culturas atrás mencionadas, também é potencial em pecuária e reúne condições excelentes para oturismo devido às suas belas paisagens.
- Planalto de Bárue, com solos argilosos com pouca moderação profunda, boa permeabilidade e elevadas precipitações pluviométricas.
- Planície do Norte, que compreende as regiões da localidade de Nhassacara, com solos areno-argilosos, fraca fertilidade, temperaturas médias anuais de 23°C, permitindo o desenvolvimento de cereais em pequena escala e o amendoim.

Geomorfologicamente o distrito situa-se no vasto Complexo Gnaisso-Granítico do Moçambique Belt onde sobressaiem as colinas e montanhas em forma de Cordilheiras alongadas com orientação NW-SW ao longo da fronteira entre Moçambique e a República do Zimbabwe, para além do extenso planalto de Barue contornando os maciços montanhosos.

Destas geoformas de terreno derivam vários agrupamentos de solos, destacando-se os agrupamentos de solos argilosos vermelhos, solos arenosos vermelhos e solos vermelhos de textura média, e ainda os litólicos. Estes solos com excepção dos litólicos, são em geral, moderadamente profundos a muito profundos, os argilosos têm boas capacidades de retenção de nutrientes e água enquanto que os arenosos são pouco férteis. Estes agrupamentos de solos são localmente recortados por cursos de água que constituem a rede de drenagem natural onde ocorrem solos mais recentes, os aluvionares.



1.3 Infra-estruturas

O distrito tem **ligação rodoviária** com a capital da província e com a cidade de Tete, por via do troço da EN Chimoio-Tete, numa extensão de 146kms. Todas as 6 estradas de que o distrito dispõe estão transitáveis, depois de terem beneficiado de obras de reabilitação.

A reabilitação de estradas secundárias e terciárias tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas destruídas.

A infra-estrutura de **telecomunicações** o distrito apenas dispõe duma rede de postos fixos de rádio.

A distribuição de **fontes de água** pelas várias localidades do distrito não está equilibrada e de uma forma geral o seu acesso ainda é satisfatório para a maioria da população.

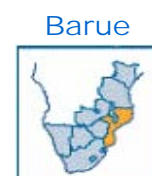
A empresa Água Rural é a entidade que mais tem contribuído na construção/reabilitação de poços e furos no distrito. A par da EPAR, o ACNUR, UNICEF, PRONAR, GEOMOC, União Europeia e Terra Search são organizações/entidades que financiam as actividades neste sector. Das 33 bombas do tipo Afridev instaladas nesses poços/furos 4 encontram-se neste momento avariadas.

A participação comunitária no sector de água é significativa, na medida em que a população sempre está receptiva ao pagamento das despesas relacionadas com a manutenção das fontes de água em quase todas as zonas do distrito.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só 1% da população do distrito beneficia de **energia eléctrica**, concentrada na vila de Catandica.

A Vila-sede do distrito possui um plano de urbanização e ordenamento territorial que promove um certo dinamismo na construção de residências e infra-estruturas sociais. O mesmo plano está a ser elaborado para a sede do PA de Nhampassa. No PA de Chôa este processo está ainda bastante atrasado devido à dispersão da população.

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 56 o número de escolas do distrito do Buzi em 2003 (47 do ensino primário nível 1, 8 do nível 2 e uma do ensino



secundário geral I), que são frequentadas por cerca de 23 mil estudantes ensinados por 358 professores. O número de salas de aulas passou de 65 em 2000, para 170 salas em 2004.

O número de centros de alfabetização de adultos cresceu para 53, com cerca de 2.300 alfabetizandos e 38 alfabetizadores.

O distrito está dotado de 1 Hospital Rural, 8 Centros de saúde de nível II/III e 1 Posto de saúde, com um total de 114 camas e 54 técnicos e assistentes de saúde.

O distrito possui 56 escolas (das quais, 47 do ensino primário nível 1) e 53 centros de alfabetização, e está servido por 10 unidades sanitárias, incluindo um Hospital Rural, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 10 mil pessoas;
- Uma cama por 900 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.900 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

Existem algumas disputas respeitantes ao uso e posse da terra, bem como acesso à água e áreas de pastagens. O fim da ajuda de emergência (distribuição gratuita de alimentos) pressiona as populações a procurar terrenos mais férteis para a sua auto-suficiência alimentar, o que, adicionado ao factor de migração constitui um foco potencial de conflito sobre a posse da terra.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca), enquanto

Barue



que nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mandica e feijão nhemba. O algodão e o amendoim são as cultura de rendimento, produzidas em regime de monoculturas. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

Na faixa da fronteira com o Zimbabwe, os solos têm boa capacidade de retenção de água, e os sistemas de produção compreendem consociações de milho e feijão vulgar. Há observância ainda da produção de culturas de rendimento tais como batata reno e feijão manteiga, sendo de assinalar ainda que esta cultura pode ser feita em duas épocas. Durante a época fresca, em particular nos vales, é comum a produção de hortícolas.

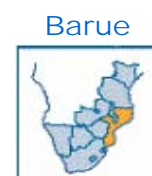
Quanto às culturas comerciais as maiores limitações são a escassez de meios de produção (charruas e animais de tracção) e de sementes e, em alguns casos, insuficiência de terra de boa qualidade.

É na faixa do distrito atravessada pelo rio Pungué e seus afluentes, que é praticada a agricultura irrigada. Mais para o interior do distrito, existem algumas terras onde é possível utilizar pequenos sistemas de rega para produção agrícola, desde que haja algum investimento para a construção de sistemas de armazenamento de água.

Este distrito possui cerca de 300 hectares de regadios (só 157ha estão operacionais) não operacionais por avarias de equipamentos e destituições causadas pelas cheias. Está em curso um plano para a sua reabilitação, mas a capacidade financeira dos proprietários e utentes é um entrave à sua célere implementação. Existem pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície a cerca de 187 ha (somente 47 ha estão operacionais).

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção. A irregularidade da precipitação e a vulnerabilidade às calamidades naturais condicionam a produção agrícola do distrito.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem, naqueles períodos, a níveis de segurança alimentar de risco. Porém, em situação normal, este distrito tem autosuficiência de cereais assegurada.



O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo bovino e de outras espécies.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Existem grandes potencialidades para a produção arborícola no distrito, devido ao bom clima e solos, existindo actualmente um viveiro para a produção de plantas. A falta de recursos materiais, financeiros e técnicos (humanos) constituem as principais limitações para a produção arborícola no distrito.

O desflorestamento e a erosão são problemas que afectam sobremaneira o distrito de Bárue. Em algumas localidades, as populações chegam a percorrer 8 kms até à da fonte de lenha mais próxima.

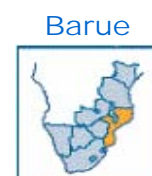
A caça e a pesca complementam a dieta das famílias no distrito. Os animais mais caçados são o cabrito-do-mato, ratazanas, palapalas, cudos, coelhos e gazelas. A vida selvagem não desempenha presentemente nenhum papel de relevo em termos comerciais ou de turismo. A existência de um número considerável de cursos de água faz com que a pesca seja uma fonte adicional na dieta local.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

O distrito conta com 73 unidades moageiras de 3ª classe e uma moageira de 2ª classe, empregando ao todo 27 trabalhadores. Possui 13 lojas (operacionais), 1 mercado informal em Catandica e 22 mercados informais (Catandica e Nhampassa).

O distrito é potencial em recursos minerais, ainda não explorados ou em exploração parcial, havendo ocorrência de recursos minerais, nomeadamente, ouro aluvionar, ao longo do rio Caeredze, turmalinas e outras pedras preciosas.

Este distrito não tem potencial turístico significativo e as infra-estruturas de desenvolvimento do sector são muito limitadas. O Banco Austral é a única instituição bancária a operar no distrito.



2 História, Política e Sociedade Civil

2.1 História e cultura

O processo de expansão e conquista das populações de Bárue teve início em 1420 e estendeu-se por um período de 30 anos.

O poder político de Muene Mutapa era a fonte principal de reprodução da sua autoridade, traduzida pelo seu poder de se comunicar com os espíritos divinos no culto Mbondoro.

A mais antiga citação sobre o reino de Bárue data de 1506, tendo a região sido, temporariamente, submetida por António Lobo da Silva, em 1650. No reino de Bárue, onde imperavam os Mokombes, a referência dos Vangones, em geral, e de Muzila, em particular, parece ter sido apagada.

Após a morte de Makombe Chipata, Manuel António de Sousa, cognominado o “Gouveia”, casa-se com a filha daquele e transforma Bárue em propriedade particular.

Parece-nos evidente que a origem deste grupo social tenha partido do complexo Mutapa Rozwi, em que o grande Zimbabwe era o centro nuclear de uma unidade cultural espalhada por grande parte da então Rodésia do Sul e por uma parcela do nosso, então, distrito de Vila Pery, sendo conhecido pelo nome de Rozwi.

Segundo a tradição, o grupo vinha acompanhado por uma personagem Ne-mbire, supondo-se que o mesmo tenha partido de Mbire, região da República do Zimbabwe, comandado pelo guerreiro Mutota e seu irmão Samanyanga, guardião do espírito Mbondoro.

O distrito de Bárue é herdeiro do então Estado de Bárueque que compreendia os actuais distritos de Bárue e Macossa, onde se localiza o grupo social Bárue que habita a zona planáltica do distrito.

Etimologicamente, Bárue parece provir do verbo “KUBARWA”, que significa nascer. E parece fazer sentido, uma vez que o distrito herda um nome que se liga à expansão militar de Makombe que, supostamente, partiu de Ne-mbire por razões militares. Ao se estabelecer por sucessivas conquistas militares num território alheio e sobre um povo sem arte militar, Makombe terá, provavelmente, anunciado que – “NASCEMOS”, numa clara alusão aos seus seguidores.

Barue





As comunidades de Bárue são constituídas por um conjunto de unidades domésticas dispersas umas das outras, nas quais é possível identificar famílias extensas e nucleares poligâmicas e monogâmicas.

As unidades domésticas têm ligação entre si e este processo de interacção social independe da pertença, ou não, ao mesmo grupo de parentesco. Assume um carácter de responsabilidade recíproca e obrigações comuns no concenrente à cooperação, solidariedade e socialização dos seus membros.

Cada unidade doméstica está estruturada e hierarquizada com base na geração e sexo, o que determina a distribuição de papéis e funções entre os seus membros.

O território de Bárue é habitado maioritariamente por membros do grupo social Bárue, um dos seguimentos da etnia shona, onde se localizam os grupos sociais Ndau, Tewe, Atongas, com os quais se identifica na observação do princípio de filiação agnática, na prática do lobolo, como o meio de transferência da noiva para o grupo aliado no pagamento de “Chuma”, para a legitimação da aliança matrimonial e da filiação dos filhos nascidos na relação matrimonial.

Os casamentos são esogâmicos por força do tabú, do incesto, e a escolha da noiva ocorre em regra geral na povoação, quer por iniciativa dos interessados, que carecem de aprovação dos pais ou parentes, quer por iniciativa dos parentes, nomeadamente, o pai, a mãe, a irmã mais velha, o tio paterno, avó materna e outros membros próximos.

Porque a exogamia impõe o casamento fora do grupo, as alianças obedecem ao princípio de homogamia, fazendo entender que os noivos reproduzem os seus valores culturais e simbólicos com relativa estabilidade, quando ambos têm aparentemente estatutos sociais iguais.

A partir do momento que a mulher é lobolada e o “tchuma” é pago aos seus pais, ela deixa de ter qualquer poder no seio da família.

Esta discriminação tem a ver com as disparidades de género onde imperam as relações desiguais de poder. A mulher deixa de ter qualquer poder na sua própria casa de nascimento porque é discriminada pelo pai, irmãos e todos os membros masculinos e, mesmo sendo

Barue



mais velha em idade, ela vê-se obrigada a subordinar-se a um irmão mais novo na hierarquia familiar.

Esta condição de subalternidade repete-se em condições diferentes, estando integrada no lar, onde a mulher assume o papel de esposa e mãe.

É na base de práticas relacionadas com as relações de género que se definem os papéis e funções para homens e mulheres.

Enquanto o homem se dedica à caça, pesca, venda ambulante e trabalho assalariado, à mulher compete cultivar, cozinhar, cuidar dos filhos e da limpeza e higiene da casa.

A aringa, residência do soberano, era formada por um conjunto de casas circulares, com a casa do soberano instalada no centro e as dos conselheiros e guerreiros na sua periferia. É muito provável que a configuração das casas dos grupos domésticos de Bárue actuais se tenha inspirado na estrutura da aringa. No lugar da casa do soberano fica agora instalada a casa do chefe do agregado familiar, e no lugar das casas dos conselheiros e guerreiros as residências dos filhos solteiros e casados que vivem no local.

Havia uma estrutura doméstica que distinguia o grupo de rapazes do das raparigas solteiras do mesmo agregado familiar, que sustentava a construção de identidades e a atribuição de papéis e funções masculinas e femininas, através de um processo de socialização marcado pela diferenciação de espaços reservados a cada um dos grupos. Esta prática ainda é notória nas zonas rurais do distrito de Bárue.

As casas são construídas de pau-a-pique e cobertas de capim, geralmente com a forma cilíndrica sem nenhuma divisão nem compartimentos e o tecto em forma de cone.

O Chibárue constitui a língua base de comunicação, sendo falado por mais de 90% da população. O Shona e o Sena são outras línguas usadas, porém por uma parcela mais pequena da população. Estas línguas têm afinidades que facilitam a percepção recíproca.

As danças mais comuns são: Mangoni, Chingue, Mafue e Mapadza, praticadas principalmente nas cerimónias espirituais e cerimónias fúnebres.

2.2 Cenário político actual e sociedade civil

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades

Barue



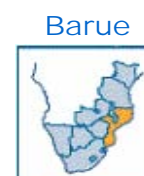
distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades e o reconhecimento pela autoridade competente dos líderes comunitários locais, como a seguir é reflectido. No âmbito de Decreto 15/2000 foram legitimados 68 Líderes Comunitários de diversos escalões, destacando-se 7 Líderes do 1º escalão, que já foram reconhecidos.

Tem sido notória uma aproximação e colaboração mais sistemáticas entre as autoridades comunitárias e as autoridades administrativas, havendo a destacar desta colaboração, o crescimento nas cobranças do IRN.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.



3 Demografia

O distrito tem uma superfície de 5.743 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 103 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 20 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 114 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (49%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 47%, a taxa de urbanização do distrito é de 30%, concentrada na Vila de Catandica e zonas periféricas de matriz semi-urbana. A estrutura etária reflecte uma relação de dependência de 1:0.9, isto é, por cada 9 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE BÁRUE	103,364	20,232	30,615	40,176	8,983	3,357
Homens	48,906	10,026	15,560	17,648	3,960	1,712
Mulheres	54,457	10,206	15,055	22,528	5,024	1,645
P.A. de CATANDICA	61,398	12,162	17,602	24,336	5,431	1,867
Homens	28,981	6,024	8,876	10,750	2,412	919
Mulheres	32,417	6,138	8,726	13,586	3,019	948
P.A. de CHOA	15,766	2,844	5,052	6,027	1,295	547
Homens	7,688	1,446	2,576	2,735	637	295
Mulheres	8,077	1,399	2,476	3,292	658	253

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 19.720 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (40%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
18.1%	42.3%	39.6%	5.2	2.6	2.7
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
6.5%	1.5%	13.2%	40.3%	5.3%	33.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião São ou Zione.

Barue



TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
41.5%	58.5%	19.3%	33.9%	1.4%	3.8%
Com Crença Religiosa					
Total	Zione	Católica	Evangélica	Muçulumna	Outra
100,0%	39.5%	18.3%	13.9%	0.1%	28.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Chitwe*, 70% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE BÁRUE	29.4%	19.7%	9.7%	70.6%	30.9%	39.7%
5 - 9 anos	2.0%	1.2%	0.8%	18.3%	9.0%	9.4%
10 - 14 anos	6.5%	4.0%	2.5%	10.0%	4.6%	5.5%
15 - 19 anos	6.3%	3.8%	2.4%	6.7%	3.1%	3.6%
20 - 44 anos	12.7%	8.9%	3.8%	22.7%	9.3%	13.4%
45 anos e mais	2.0%	1.8%	0.2%	12.8%	5.0%	7.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

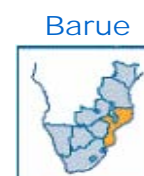
Com 69% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 38% dos habitantes² frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE BÁRUE	68.8%	55.9%	80.3%
5 - 9	92.2%	90.6%	93.7%
10 - 14	58.4%	51.2%	66.2%
15 - 44	57.3%	35.6%	74.3%
45 e mais	86.2%	73.1%	97.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.



4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

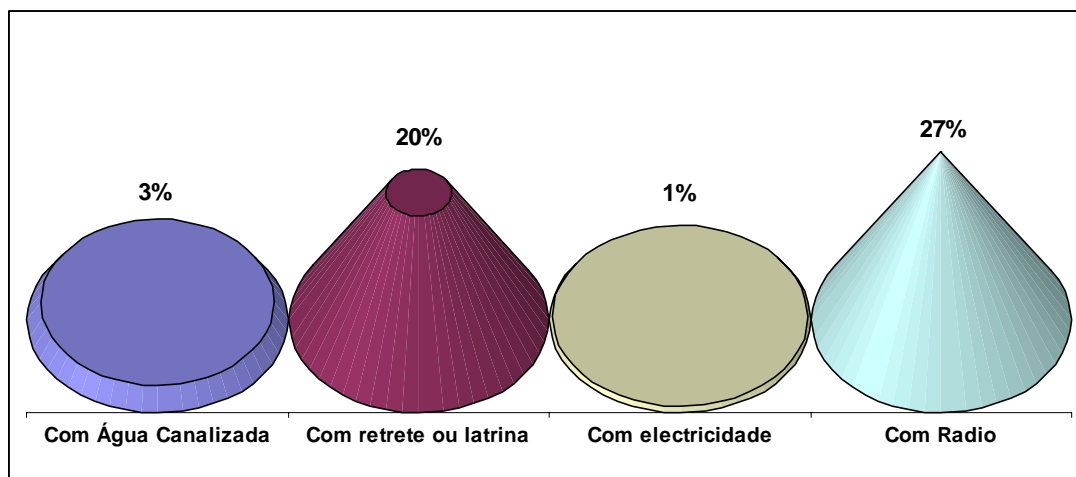
Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de 4 bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente em poços*”.

ou furos ou nos rios e lagos”.

A vila de catandica é a zona que apresenta melhores condições habitacionais, verificando-se que “*a maioria das famílias têm rádio, 35% vivem em casas com latrina e 5% têm energia eléctrica*”.

As casas de madeira e zinco e de bloco ou tijolo representam somente 2% do total das habitações do distrito, a sua maioria localizadas na Vila de Catandica.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

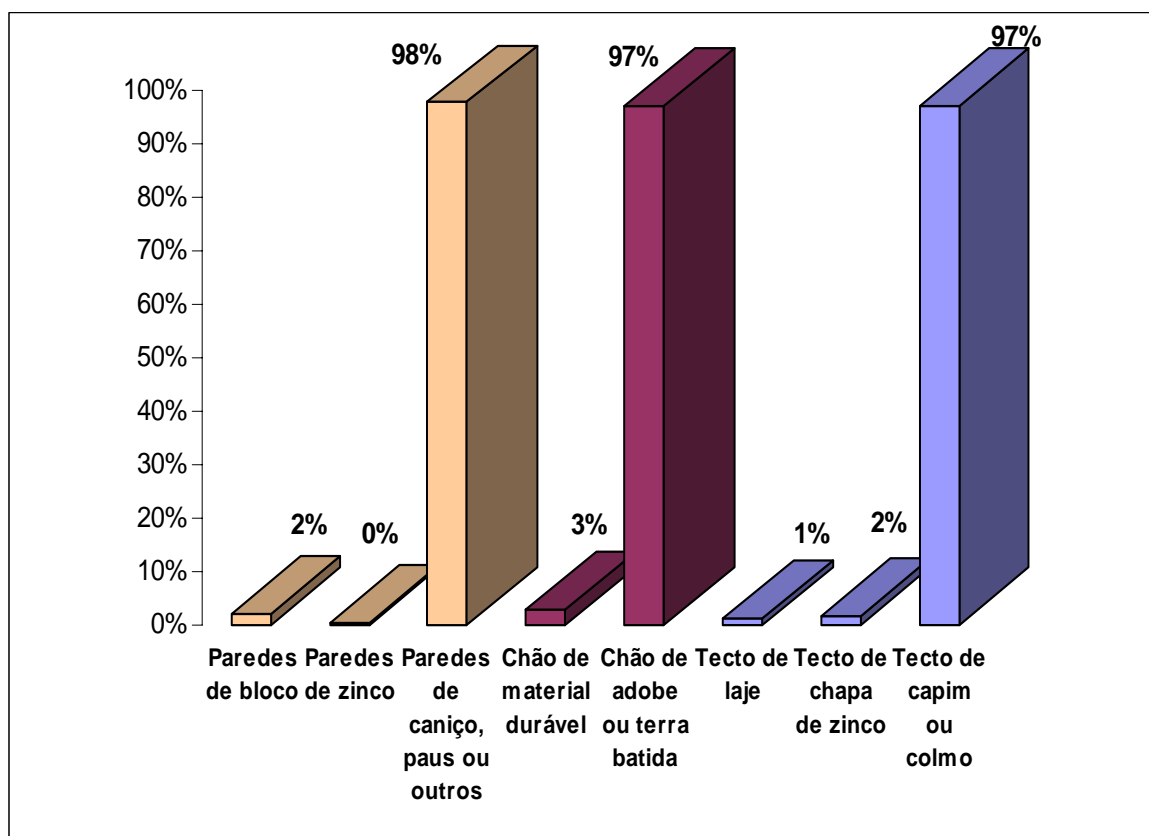
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	3%	3%	38%	34%	0%	0%	2%	2%
Com retrete ou latrina	20%	21%	73%	76%	40%	71%	19%	20%
Com electricidade	1%	1%	16%	16%	0%	29%	0%	0%
Com Radio	27%	31%	66%	68%	20%	46%	27%	30%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (35%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (58%). Os pequenos sistemas de fontanários e de canalização cobrem 7% das habitações, predominantemente no PA de Catandica.

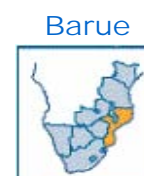
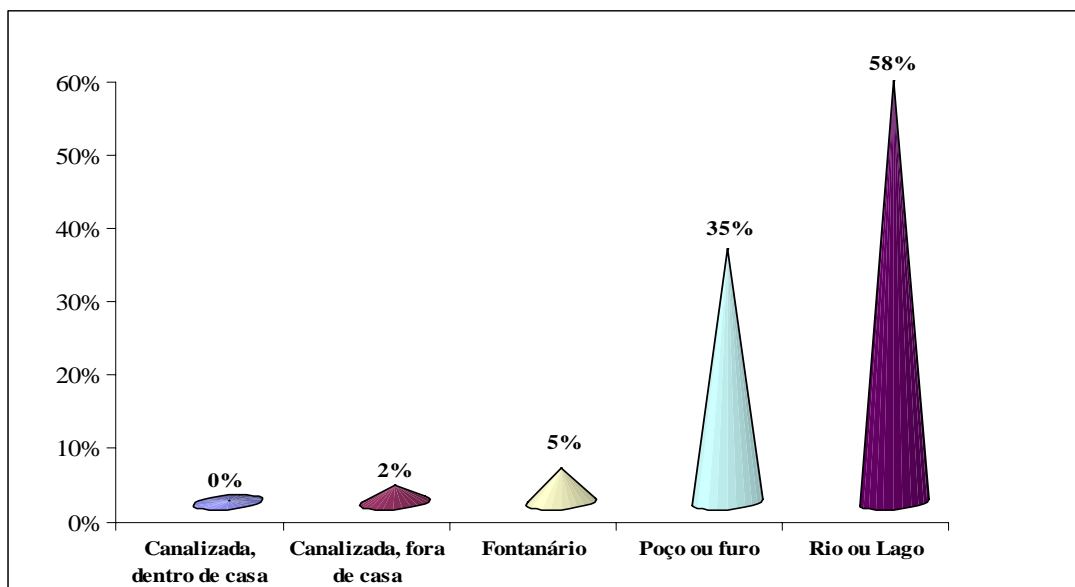


FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Catandica, Choa e Nhampassa que, por sua vez, estão subdivididos em 8 Localidades, para além da Vila de Catandica onde está localizada a sede do distrito.

Posto Administrativo	Localidades
Nhampassa	N'Fudze Nhassacara Chimondzo
Catandica-Sede	Vila de Catandica Chuala Inhazónia
Serra Chôa	Chôa-Sede Nhauroa

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Representação da Direcção Provincial do Comércio, Indústria e Turismo;
- Representação da Direcção Provincial da Cultura, Juventude e Desporto;
- Representação da Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito, estando a cargo do Concelho Municipal da Vila de Catandica, cabendo à Administração toda a área sob sua jurisdição, concretamente nas sedes dos Postos Administrativos e Localidades.

Nesses locais, o lixo não constitui ainda problema dado que não há grandes concentrações de actividades de mercados e feiras, pois os que existem são os mercados informais de pequena monta, onde cada vendedor faz a limpeza do seu recinto. Por outro lado, a

Barue



reparação de pontecas e estradas interiores é uma actividade que tem vindo a ser realizada com dificuldades devido à falta de fundos.

Com um total de 52 funcionários (dos quais, 5 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Superiores	1
■ Técnicos Médios	10
■ Assistentes Técnicos	18
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	15
■ Pessoal auxiliar	7

TABELA 7: Edifícios públicos existentes

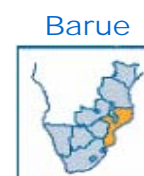
Finalidade de utilização	Nr de casas	Tipo (1,2 ou 3)	Localização	Estado de conservação
Sede da Administração	1	Adm/ção	Sede	Bom
Palácio do Administ.	1		Sede	Suficiente
Residências funcionários	4	3	Sede	Bom
Residências funcionários	4	2	Sede	Bom
Residências funcionários	1	4	Sede	Bom
Residências funcionários	3	1	Sede	Suficiente
Oficina	1		Catandica	Suficiente
Sede do PA de Nhampassa	1		Nhampassa Sede	Bom
Sede do PA de Chôa	1	P. Adm/ção	Chôa Sede	Bom
Residência do Chefe do PA de Serra Chôa	1	3	Chôa Sede	Bom
Residência dos funcionários do PA Serra Chôa	8	1	Chôa Sede	Suficiente
Sede da Localidade de Chuala	1	2	Honde	Suficiente

Fonte: Administração do Distrito.

No âmbito da construção e reabilitação de edifícios públicos, o edifício da Administração do Distrito beneficiou de pintura, construção do muro de vedação e pavimento do passeio, para além da reabilitação da residência do administrador. Foram melhoradas algumas residências para funcionários na Sede do distrito e foi construído o edifício da Administração do PA de Nhampassa e equipado com o respectivo mobiliário e equipamento de escritório.

Foi adquirido o seguinte mobiliário:

- 4 computadores para a Secretaria e Gabinete do Administrador;
- 1 máquina fotocopadora e um estabilizador de corrente;



- Mobiliário par a sala de visitas, de jantar e quartos, congeladores, geleiras para a residência oficial do administrador.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

Barue



5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, entre outras acções, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital e montadas caixas de sugestões e reclamações em vários serviços públicos do distrito.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

De acordo com informações do Governos Distrital, em cumprimento das Recomendações da III Reunião Nacional dos Administradores Distritais, realizada em 2000, foram realizadas as seguintes acções principais ao nível global da governação distrital.

RECOMENDAÇÕES	GRAU DE CUMPRIMENTO
1. Envolver as populações na busca de soluções dos problemas locais através do diálogo.	Foram criados os comités locais de gestão comunitária dos recursos naturais e comités de arbitragem.
2. Estudar a viabilidade de alocação de equipamento às Administrações Distritais para a manutenção das vias de acesso.	Existe um tractor com respectivo atrelado e uma niveladora rebocável, concedida à Administração pela GTZ em 1999.
3. Alargara a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Foi introduzido o Ensino Secundário Geral, da 8ª à 10ª classes, introduzidas 5 EPC, elevando assim para 6 o número de EPC's. Foram abertos 3 Postos de Saúde e um Centro de Saúde de 3ª Ampliação e transformação do Centro de Saúde de Catandica para Hospital Rural
4. Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências de Chefe de Postos Administrativos e outros funcionários do Estado.	Foram reabilitadas algumas residências para funcionários na Vila de Catandica, Nhampassa e Chôa, usando material local.
5. Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos funcionários, em particular ao nível distrital e de Postos Administrativos.	Foram realizadas palestras de estudo de vários documentos normativos, uma vez por mês, em conformidade com a Resolução n° 11/2001 de 26 de Dezembro, do Conselho Nacional da Função Pública. Oito funcionários da Administração beneficiaram de um curso de informática.
6. Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais, tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência	Implementação gradual do Decreto 30/2001, tendo sido cumpridas as seguintes recomendações: Colocação do livro e caixa de reclamações e sugestões em todas as instituições do Estado ao nível do distrito; Remoção dos guichés e sua substituição pelos balcões abertos; Reconhecimento de assinaturas dos requerimentos efectuados nos balcões de atendimento de cada sector; Identificação dos funcionários através de crachás; Aquisição gradual de fardamento para o pessoal de apoio;

Barue



	Entrada em vigor do horário único para os sectores abrangidos, acompanhados de escala para o intervalo do lanche; Maior celeridade nos actos administrativos.
7. Melhorar o atendimento público nas escolas, hospitais, repartições do estado, na tramitação de processos de pedido de terra, de bilhetes de identidade e outros.	Redução do período de 180 para 90 dias para a aquisição do Direito do Uso e Aproveitamento da Terra; Flexibilidade na tramitação do expediente em todas as instituições e na implementação de regulamentos específicos de cada sector, com vista a melhorar o atendimento ao público.
8. Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.	Contratação de pessoal no âmbito do INAS para colecta de receitas e IRN em estreita ligação com os líderes comunitários; Aquisição de livros de registo, o que permite um controle mais eficiente; Entrega regular de receitas cobradas na Repartição Provincial de Finanças, em cumprimento da legislação em vigor sobre a matéria.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Existem algumas disputas respeitantes ao uso e posse da terra, bem como acesso à água e áreas de pastagens. O fim da ajuda de emergência (distribuição gratuita de alimentos) pressiona as populações a procurar terrenos mais férteis para a sua auto-suficiência alimentar, o que, adicionado ao factor de migração constitui um foco potencial de conflito sobre a posse da terra.

Posto Administrativo de Catandica-Sede

O solo é usado pelo sector familiar numa base de posse tradicional, obedecendo à prática de agricultura itinerante, onde anualmente os camponeses abrem novas terras, deixando as anteriores em pousio. Os camponeses recorrem frequentemente às queimadas. Tem-se registado nos últimos anos um maior afluxo de fazendeiros, baseado na consulta prévia às comunidades locais. A agricultura neste sector é mecanizada.

Posto Administrativo de Nhampassa

O solo é usado pelo sector familiar numa base de posse tradicional, obedecendo à prática de agricultura itinerante, onde anualmente os camponeses abrem novas terras, deixando as anteriores em pousio. Os camponeses recorrem frequentemente às queimadas.

Posto Administrativo de Chôa

O solo é usado pelo sector familiar numa base de posse tradicional, virado essencialmente para a pastorícia. A agricultura é de menor escala, principalmente nas baixas. No sector privado existe apenas um agricultor que se dedica à produção de batata-reno.

Barue



O início do século foi marcado pela estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal, que criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Criação de 11 comités de gestão de recursos naturais;
- Montagem de 4 campos de multiplicação de sementes de milho para as associações de Phandagoma, Inhazóia e Chôa;
- Construção de 35 celeiros melhorados;
- Reabilitação de 6 canais de irrigação nas zonas de Nhahangale, Nhambulo, Nhamuzarara, Nhampassa e Phandagoma, beneficiando 40 camponeses;
- Montagem de 5 campos de multiplicação de mandioca, em Phandagoma, Inhazóia, Nhampassa, Barauro e Malomwe, numa área de 1ha;
- Montagem de 3 campos de ananaseiros em Nhamatema, Malambamize e Barauro;
- Construção da Feira de comercialização de gado em Catandica, onde foram comercializados 635 bovinos;
- Reabilitação de um (1) tanque carracida e 12 mangas de tratamento;
- Implementação de 3 programas de fomento pecuário, sendo 2 de multiplicação de efectivos pecuários, num total de 103 bovinos e 1 de tracção animal, com 5 juntas e respectivos implementos;
- Vacinação de 9.887 aves contra a doença de “Newcastle”, 7.648 bovinos contra o carbúnculo hemático, 2.432 bovinos contra o carbúnculo sintomático e 436 caninos contra a raiva;
- Implementação de projectos de reinserção social no âmbito do alívio à pobreza, nomeadamente, abertura de 2 moageiras em M’pataguenha e Nhangade, 7 bancas fixas, centro de costura, carpintaria, latoaria; fomento de bovinos e da plantação de chá e cafezeiros em Phandagoma;
- Entrega de 5 juntas para tracção animal nos PA de Nhampassa e Catandica;
- Distribuição de 3 bombas pedestais em Honde e Nhahangale para irrigação em pequena escala, tendo beneficiado 10 mulheres viúvas;
- Projecto de geração de rendimento envolvendo crianças órfãs, cujos pais foram vítimas do HIV/SIDA;
- Promoção de culturas de rendimento, nomeadamente de chá e tabaco;

Barue



- Fomento de culturas de rendimento e tolerantes à seca;
- Fabrico de tijolos para a construção de salas de aulas, sendo solicitado ao Governo apoio para os materiais que não estejam ao alcance das comunidades;
- Aberturas de vias de acesso para permitir o escoamento dos excedentes agrícolas; e
- Abertura de tanques piscícolas.

No âmbito da acção ambiental, a DDADR, em estreita ligação com os líderes comunitários, tem o mandato de prosseguir a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, através da fiscalização florestal e faunística e a sensibilização das comunidades contra o perigo das queimadas descontroladas e para o uso racional dos recursos e promoção de produtos florestais não madeireiros, tais como o mel, bambú e outros.

5.3.2 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 56 o número de escolas do distrito em 2003 (47 do ensino primário nível 1, 8 do nível 2 e uma do ensino secundário geral I), que são frequentadas por cerca de 23 mil estudantes ensinados por 358 professores. O número de centros de alfabetização de adultos cresceu para 53, com cerca de 2.300 alfabetizandos e 38 alfabetizadores. O distrito está dotado de 1 Hospital Rural, 8 Centros de saúde de nível II/III e 1 Posto de saúde, com um total de 114 camas e 54 técnicos e assistentes de saúde.

A reabilitação/construção de escolas contou com o apoio do ACNUR e do UNICEF. Todas as unidades já beneficiaram de obras de reabilitação, com excepção do Posto de Saúde de Inhazónia. A comunidade tem tido uma participação activa nas actividades deste sector, destacando-se dentre elas, a adesão às campanhas de vacinação através dos líderes comunitários, saneamento do meio, parteiras tradicionais e agentes polivalentes.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região. No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos

Barue



activistas e associações juvenis que de dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos. São de destacar as seguintes acções realizadas, ou em curso:

- Identificação e documentação de 8 locais histórico-culturais;
- Criação de 14 grupos culturais;
- Participação no II Festival Nacional de Dança Popular, nas fases distrital, provincial e nacional;
- Criação de 3 associações culturais e desportivas; e
- Implementação do programa “meu futuro é minha escolha”.

TABELA 8: Associações Culturais e Juvenis

Tipo de Designação	Existência	Posto Administrativo
Grupos culturais	13	Catandica
Núcleos juvenis	5	Catandica e Nhampassa
Núcleos desportivos	--	--
Clubes desportivos	10	Catandica e Nhampassa
Palcos a céu aberto	--	--

Fonte: Administração do Distrito.

5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

TABELA 9: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo Programa (2000/03)	Total	Homens	Mulheres	P.Administrativo
Crianças perdidas identificadas e reunificadas	12	5	7	Catandica
Apoio a órfãos em situação difícil	698	320	378	Catandica/Nhampassa/Chôa
Educação Pré-escolar	486	201	285	Catandica
Atendimento a idosos	750	172	578	Catandica
Atendimento a deficientes	67	40	27	catandica

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

Barue



São ainda de destacar as seguintes acções:

- Implementação de projectos de reinserção social no âmbito do alívio à pobreza, nomeadamente, abertura de 2 moageiras em M'pataguenha e Nhangade, 7 bancas fixas, centro de costura, carpintaria, latoaria; fomento de bovinos e da plantação de chá e cafezeiros em Phandagoma;
- Projecto de geração de rendimento envolvendo crianças órfãs, cujos pais foram vítimas do HIV/SIDA;
- Medidas de prevenção e combate ao HIV/SIDA e montagem, num futuro breve, de um Gabinete de Aconselhamento e Testagem Voluntária (GATV) no Hospital Rural de Catandica;
- Projecto de geração de rendimentos para as camadas mais desfavorecidas, principalmente mulheres e crianças, cujos pais morreram vítimas do HIV/SIDA.
- Documentação de 17 crianças e reintegração de 7 crianças em famílias substitutas;
- Assistência a 10 crianças portadoras de deficiência e matrícula de 270 crianças em situação de pobreza absoluta, em vários níveis de ensino; e
- Reintegração de 24 mulheres carentes no projecto de costura em M'pataguenha e integração de 28 mulheres no Programa BST (Benefício Social de Trabalho).

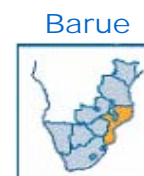
Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados pela conservatória do registo civil, para além de 20 tribunais comunitários que funcionam no distrito. Realizados 2.500 assentos de nascimento, em 2003 e reconhecidas 2.228 assinaturas diversas.

De 2000 a 2003 houve uma redução de 44 para 23 igrejas no distrito, que se deveu à migração dos seus representantes e a conflitos entre as seitas religiosas;

Os crimes mais frequentes no distrito são os assaltos à mão armada, o contrabando de estupefacientes (suruma) e de marfim (troféus de elefantes).



5.4 Desminagem

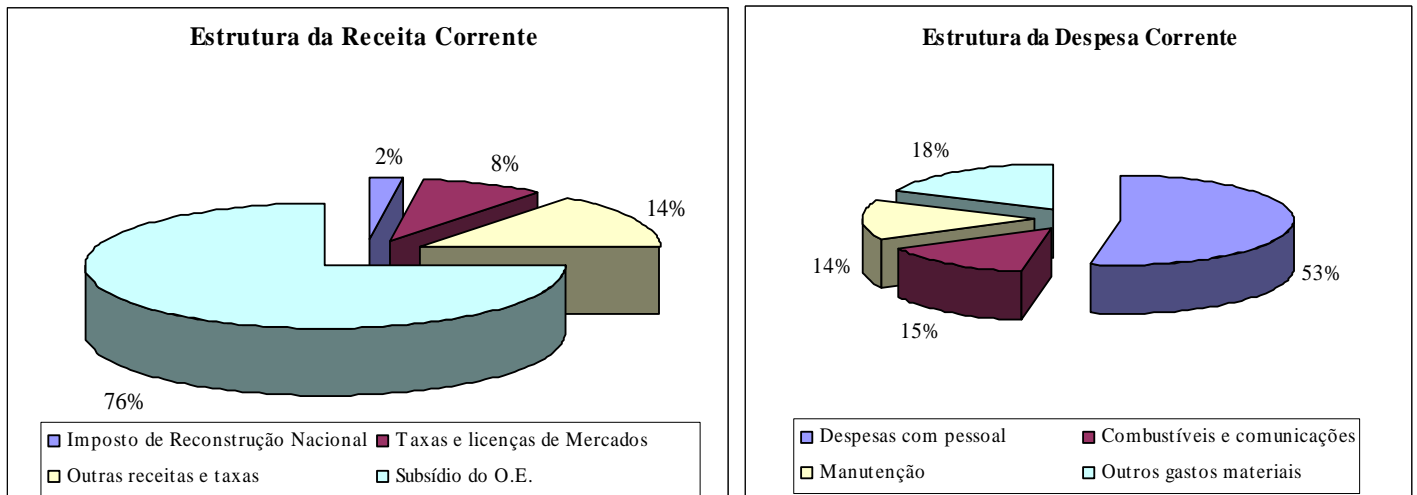
As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

5.5 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 31 contos por habitante, isto é, cerca de 1.5 USD. Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

Barue



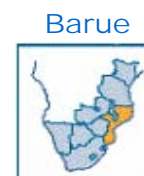
À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Existência de escolas que funcionam apenas em barracas (sem nenhuma obra de alvenaria) e elevada desistência dos alfabetizandos e educandos quase no final do ano lectivo;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos;
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.
- Agricultura de subsistência e rudimentar praticada pela maioria da população;
- Falta de mercado para comercialização dos produtos agrícolas;
- Demora no restabelecimento da energia via HCB;
- Falta de emprego; e
- Falta de uma instituição bancária para a captação e depósito de poupanças e de esquemas de crédito para financiamento a pequenos agricultores.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.



5.7 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA.

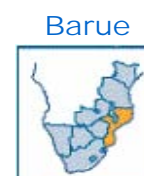
5.8 Apoio do sector privado

A vinda dos farmeiros do Zimbabwe veio dar um impulso importante à região, criando empregos e dinamizando os mercados locais.

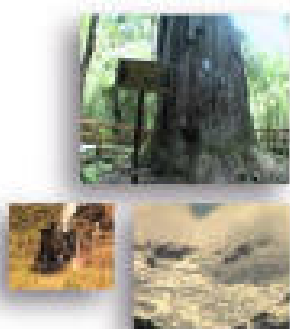
5.9 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido, tal como foi discriminado em capítulo anterior, o apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais.

Com o advento da paz e segurança, a sociedade civil envolveu-se na tarefa de reconstrução e desenvolvimento. Nesta óptica, assistiu-se ao aparecimento de várias ONG's e outras organizações, dando o seu contributo nessa tarefa, como é o caso da GTZ-MAARP, GTZ (PROCIPP, PRODER), UNICEF, PROMUR, TERRA DOS HOMENS, UCAMA, AFRICARE, que deram o maior contributo nas áreas socio-económicas, sobretudo na Educação e Saúde, na construção de infra-estruturas e respectivo equipamento, capacitação de quadros, criação de associações de produtores, fomento pecuário e reinserção social, através do Programa Nacional integrado e na elaboração do Plano de Desenvolvimento do distrito.



6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país. Referir-mo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Existem algumas disputas respeitantes ao uso e posse da terra, bem como acesso à água e áreas de pastagens. O fim da ajuda de emergência (distribuição gratuita de alimentos) pressiona as populações a procurar terrenos mais férteis para a sua auto-suficiência alimentar, o que, adicionado ao factor de migração constitui um foco potencial de conflito sobre a posse da terra.

Este distrito possui cerca de 15 mil explorações agrícolas com uma área média é de 2 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 44% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 16% da área cultivada. Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 36% da área cultivada pertence a somente 11% das explorações do distrito.

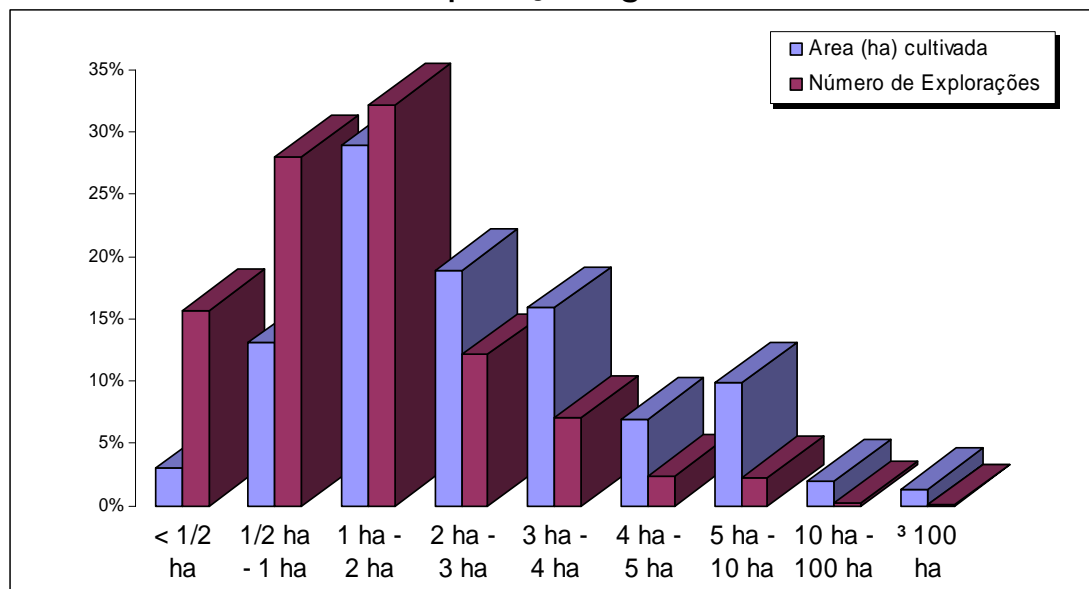
³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito.

Barue



Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em 75% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

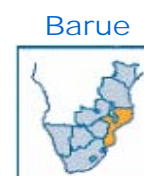
No que respeita à posse da terra, quase 70% das 31 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 30% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 31 mil parcelas, 36% com menos de meio hectare e exploradas em 53% dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 36% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

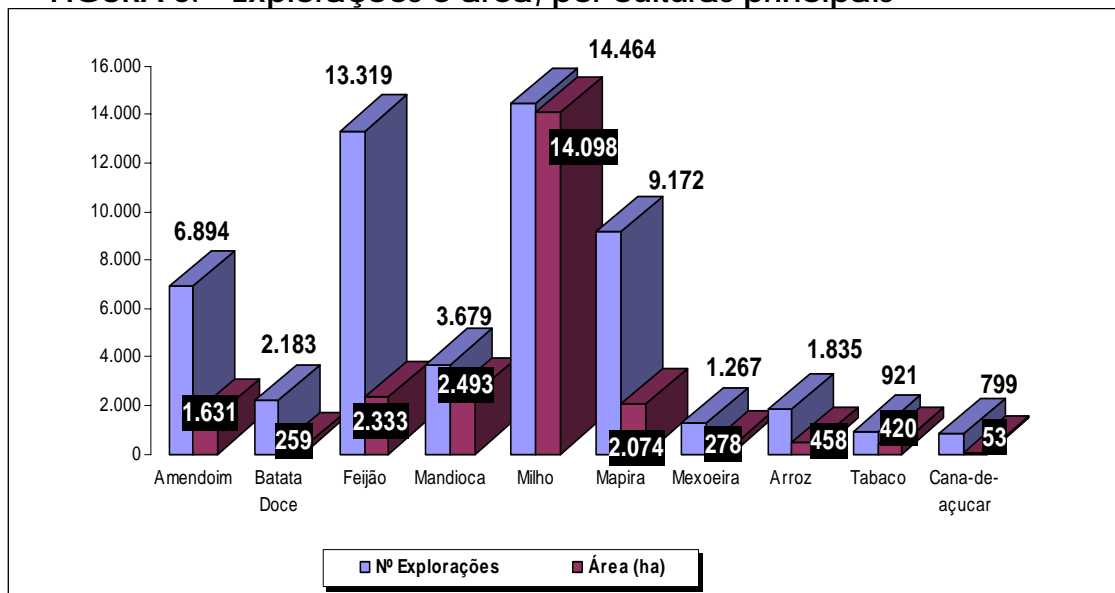


6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 8 mil criadores de pecuária e mais de 15 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 8% nos bovinos a 30% nos bicos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesqueira e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

Barue



7 Educação



Com 69% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 28% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

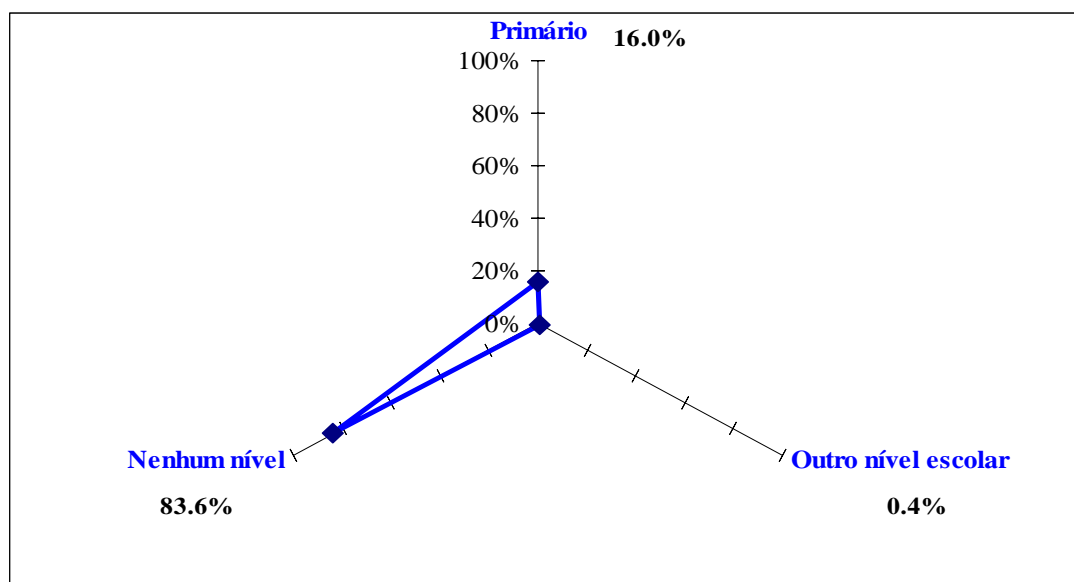
TABELA 10: População⁵, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE BÁRUE	16.4%	10.4%	6.0%	21.5%	13.8%	7.8%	62.1%	22.6%	39.4%
P.A. de CATANDICA	16.6%	10.5%	6.1%	22.5%	14.4%	8.1%	61.0%	21.8%	39.2%
P.A. de CHOA	17.2%	10.9%	6.3%	23.2%	14.0%	9.2%	59.7%	23.4%	36.2%
P.A. de NHAMPASSA	15.5%	9.8%	5.7%	18.2%	12.1%	6.1%	66.2%	24.2%	42.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde metade das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 7: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

Barue



TABELA 11: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE BÁRUE	16.4%	0.0%	16.0%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	83.6%
5 - 9 anos	18.7%	0.0%	18.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	81.3%
10 - 14 anos	50.4%	0.0%	50.3%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	49.6%
15 - 19 anos	28.1%	0.1%	26.5%	1.4%	0.1%	0.0%	0.0%	71.9%
20 - 24 anos	4.2%	0.0%	3.1%	0.9%	0.1%	0.0%	0.0%	95.8%
25 e + anos	0.5%	0.0%	0.4%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	99.5%
HOMENS	22.2%	0.0%	21.5%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	77.8%
MULHERES	11.3%	0.0%	11.1%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	88.7%
P.A. de CATANDICA	16.6%	0.0%	16.1%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	83.4%
P.A. de CHOA	17.2%	0.0%	16.7%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	82.8%
P.A. de NHAMPASSA	15.5%	0.0%	15.2%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	84.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 12% concluíram algum nível de ensino. Destes, 90% completaram somente o ensino primário e 7% o 1º grau do secundário. Os restantes níveis representam somente 3% do efectivo escolarizado.

TABELA 12: População⁹, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE BÁRUE	11.8%	0.1%	10.7%	0.8%	0.1%	0.1%	0.0%	88.2%
5 - 9 anos	0.5%	0.0%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.5%
10 - 14 anos	6.1%	0.0%	6.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	93.9%
15 - 19 anos	21.3%	0.1%	20.4%	0.7%	0.0%	0.0%	0.0%	78.7%
20 - 24 anos	26.3%	0.1%	23.8%	1.9%	0.2%	0.1%	0.0%	73.7%
25 e + anos	13.2%	0.2%	11.3%	1.2%	0.2%	0.2%	0.0%	86.8%
HOMENS	17.7%	0.2%	15.8%	1.3%	0.2%	0.2%	0.0%	82.3%
MULHERES	6.6%	0.1%	6.2%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	93.4%
P.A. de CATANDICA	12.3%	0.1%	11.1%	0.8%	0.1%	0.1%	0.0%	87.7%
P.A. de CHOA	15.4%	0.1%	13.5%	1.6%	0.1%	0.0%	0.0%	84.6%
P.A. de NHAMPASSA	8.6%	0.0%	8.2%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	91.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

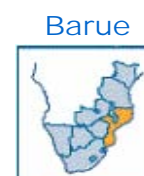


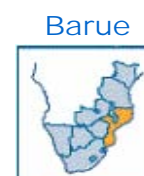
TABELA 13: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	109	10.039	24.873	31	396
EP1	47	8.811	20.085	22	291
EP2	8	453	2.038	2	52
ESG I	1	79	455	1	15
AEA	53	696	2.295	6	38

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
 EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.



8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 10 mil pessoas;
- Uma cama por 900 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.900 residentes no distrito.

TABELA 14: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	por sexo		
						HM	H	M
Nº de Unidades	10	1	0	8	1			
Nº de Camas	114	86	0	28	0			
Pessoal Total	80	50	0	29	1	80	53	27
- Licenciados	2	2	0	0	0	2	1	1
- Nível Médio	17	14	0	3	0	17	15	2
- Nível Básico	16	10	0	6	0	16	12	4
- Nível Elementar	19	12	0	6	1	19	6	13
- Pessoal de apoio	26	12	0	14	0	26	19	7

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Para além destes profissionais o distrito conta com 18 parteiras tradicionais. A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 15: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	30,2%
Partos	3.072
Vacinação	74.253
Saúde materno-infantil	68.371
Consultas externas	148.171
Taxa de mortalidade hospitalar	8,0%
Taxa de baixo peso à nascença	9,3%
Taxa de mau crescimento	9,0%

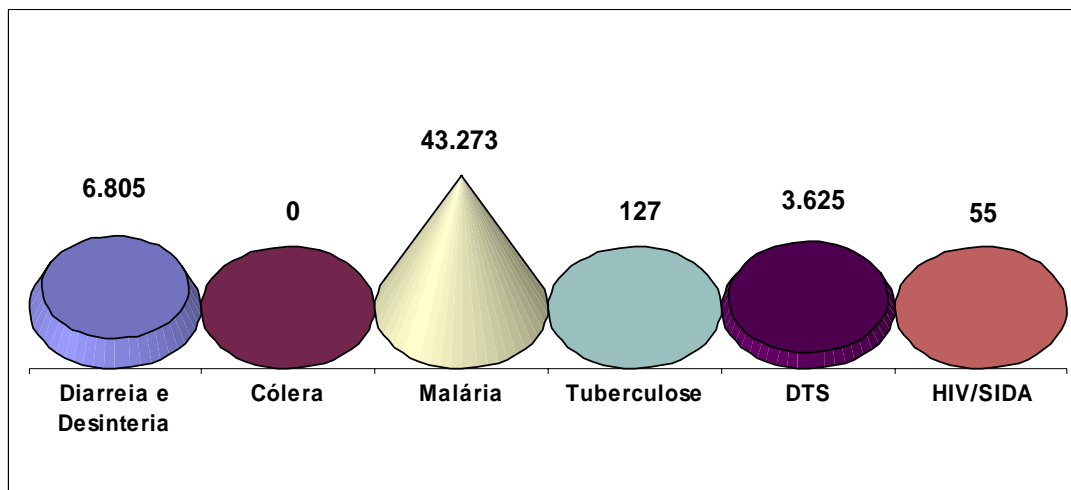
Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Barue



O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificadas no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Os recursos financeiros correntes para o sector são insuficientes, representando uma despesa anual média, em 2003, de 33 contos por habitante.

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito de Barue existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 3 mil órfãos (dos quais 27% de pai e mãe) e cerca de 2 mil deficientes (87% com debilidade física, 8% com doenças mentais e 4% com ambos os tipos de doença).

TABELA 16: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE BÁRUE	2,643
Homens	1,148
Mulheres	1,495
5 - 9 anos	702
10 - 14 anos	889
15 - 19 anos	1052
P.A. de CATANDICA	1,622
P.A. de CHOA	361
P.A. de NHAMPASSA	660

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

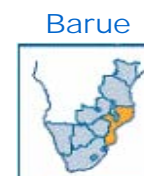


TABELA 17: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE BÁRUE	1910	1669	158	83
0 - 14	290	222	38	30
15 - 44	923	778	103	42
45 e mais	697	669	17	11
P.A. de CATANDICA	1280	1116	106	58
P.A. de CHOA	191	161	21	9
P.A. de NHAMPASSA	439	392	31	16

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de mil crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios 52 mulheres e 750 idosos, e foram assistidas 67 pessoas portadoras de deficiência.

TABELA 18: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	1.196
Idosos atendidos	750
Deficientes atendidos	67
Mulheres atendidas	52
TOTAL	2.065

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

São ainda de destacar as seguintes acções:

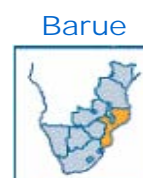
- Implementação de projectos de reinserção social no âmbito do alívio à pobreza, nomeadamente, abertura de 2 moageiras em M'pataguenha e Nhangade, 7 bancas fixas, centro de costura, carpintaria, latoaria; fomento de bovinos e da plantação de chá e cafezeiros em Phandagoma;
- Projecto de geração de rendimento envolvendo crianças órfãs, cujos pais foram vítimas do HIV/SIDA;
- Medidas de prevenção e combate ao HIV/SIDA e montagem, num futuro breve, de um Gabinete de Aconselhamento e Testagem Voluntária (GATV) no Hospital Rural de Catandica;
- Projecto de geração de rendimentos para as camadas mais desfavorecidas, principalmente mulheres e crianças, cujos pais morreram vítimas do HIV/SIDA.
- Documentação de 17 crianças e reintegração de 7 crianças em famílias substitutas;
- Assistência a 10 crianças portadoras de deficiência e matricula de 270 crianças em situação de pobreza absoluta, em vários níveis de ensino; e
- Reintegração de 24 mulheres carentes no projecto de costura em

Barue



M'pataguenha e integração de 28 mulheres no Programa BST (Benefício Social de Trabalho).

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.



9 Género

O distrito de Barué tem uma população estimada de 103 mil habitantes - 54 mil do sexo feminino - sendo 13% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

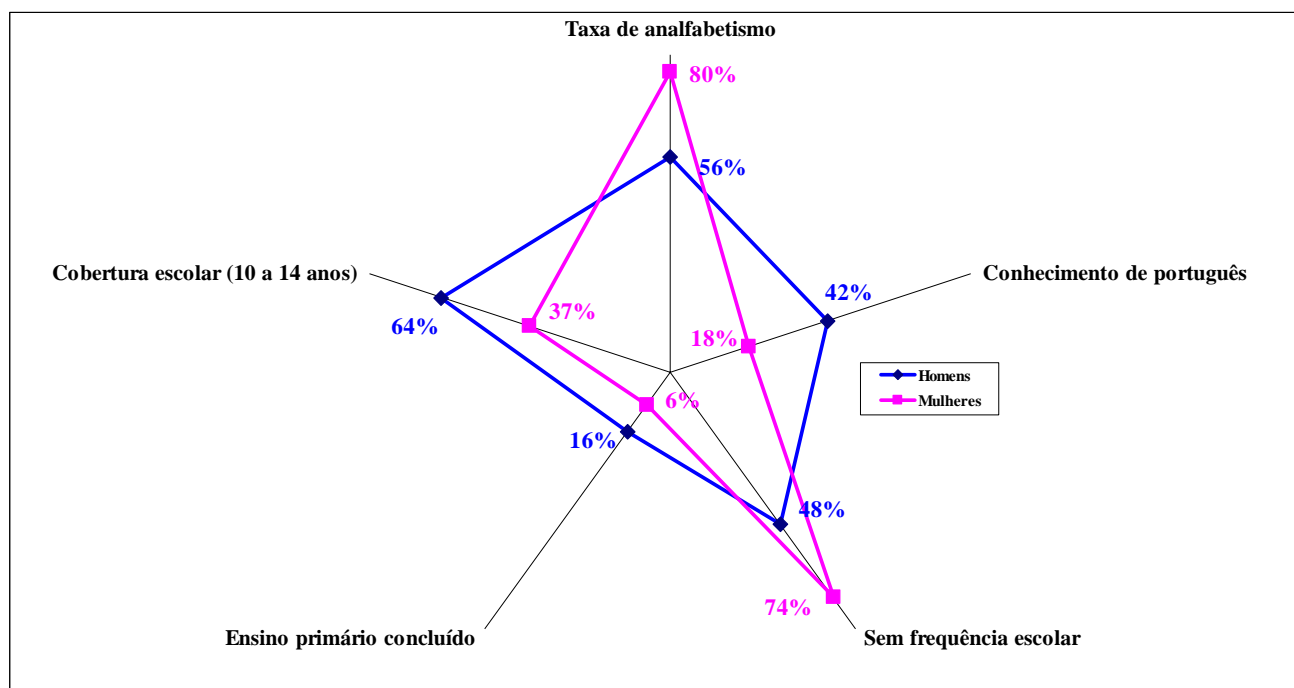
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Chitwe*, só 18% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo é de 80%, sendo de 56% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 74% nunca frequentaram a escola e somente 6% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 35% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

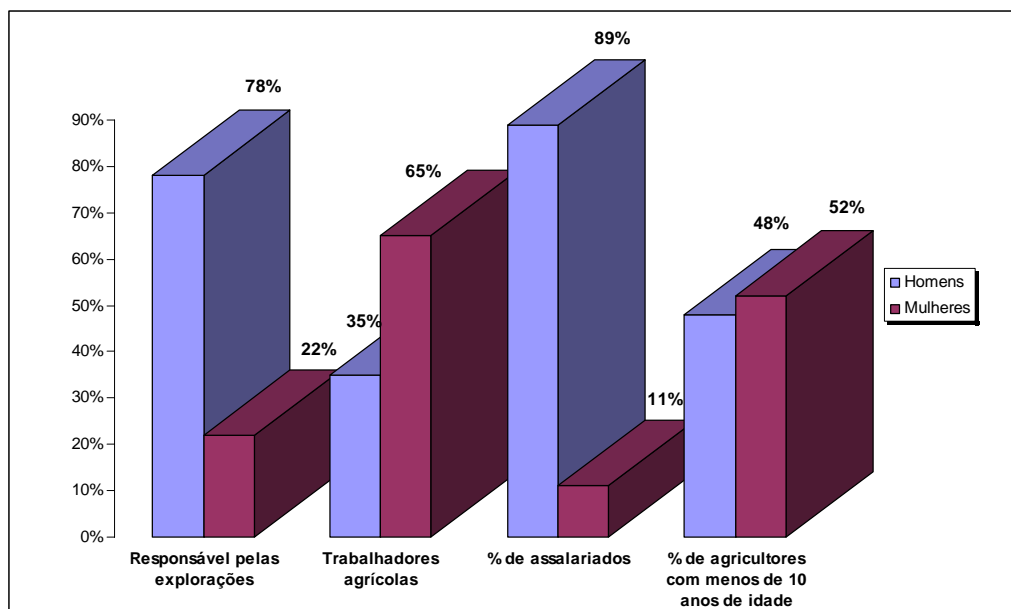
De um total de 54 mil mulheres, 29 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 20 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 32% (33% nos homens).

Barue



As 15 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 31 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 36% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 52% são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito do Barué de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 96% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 3% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- As restantes são, na maioria, trabalhadoras de outros serviços ou produtoras artesanais.

Nos sectores da educação e da saúde a situação de emprego da mulher é igualmente deficitária. Efectivamente, só 7% dos professores e 34% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Barue



10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:0,9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

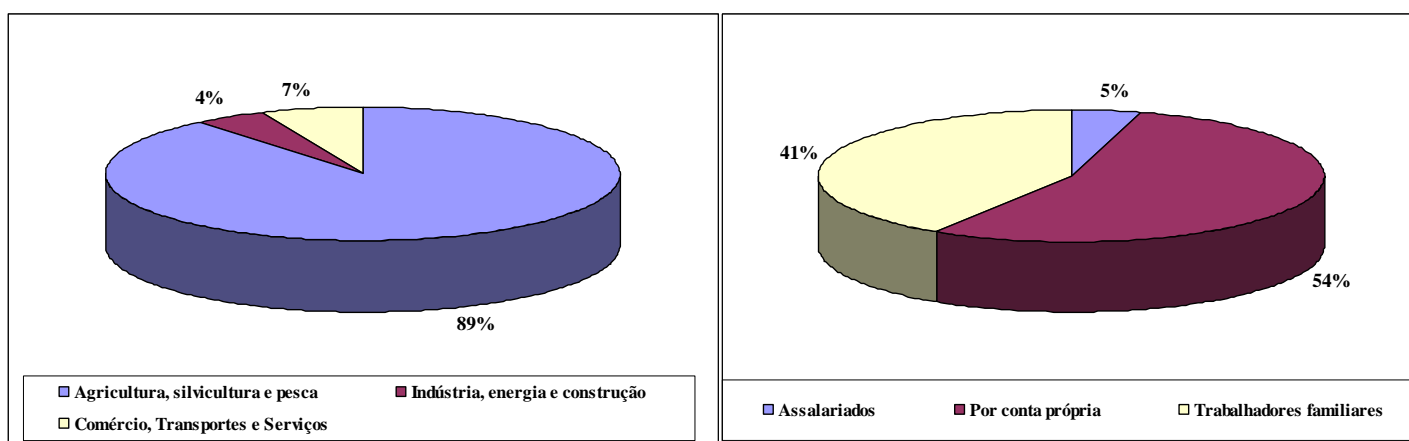
De um total de 103 mil habitantes, 53 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 35 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 33%.

Da população activa, 95% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 5% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 11% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 89% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 4% e 7% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 6% do total de trabalhadores e 2% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

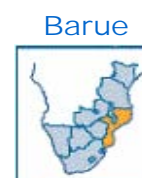


TABELA 19: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005

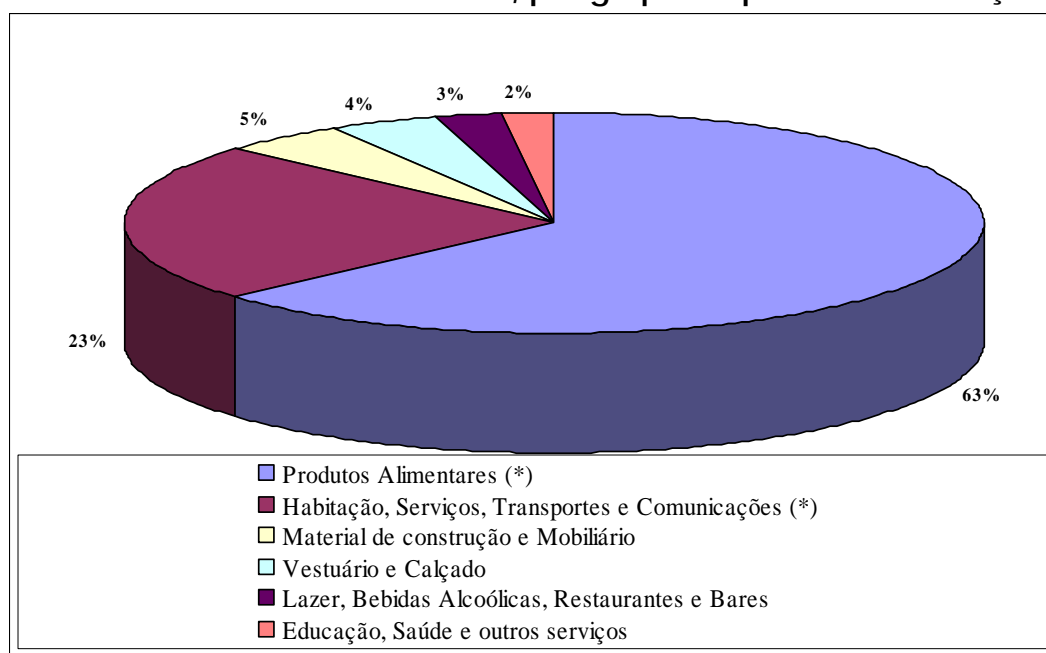
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector	Por conta	Trabalhador	Empresário
		Total	Estado	Empresas	Coop.	própria	familiar	Patrão
DISTRITO DE BÁRUE	35,360	4.5%	1.9%	2.6%	0.1%	54.1%	41.1%	0.2%
- Homens	15,539	4.0%	1.7%	2.4%	0.1%	26.3%	13.4%	0.1%
- Mulheres	19,821	0.5%	0.2%	0.3%	0.0%	27.8%	27.7%	0.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	31,555	1.1%	0.3%	0.8%	0.1%	49.2%	38.9%	0.1%
Indústria, energia e construção	1,503	0.9%	0.1%	0.8%	0.0%	2.5%	0.8%	0.0%
Comércio, Transportes e Serviços	2,302	2.5%	1.5%	1.0%	0.0%	2.5%	1.4%	0.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 52% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 46% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (64%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (23%).

FIGURA 12: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

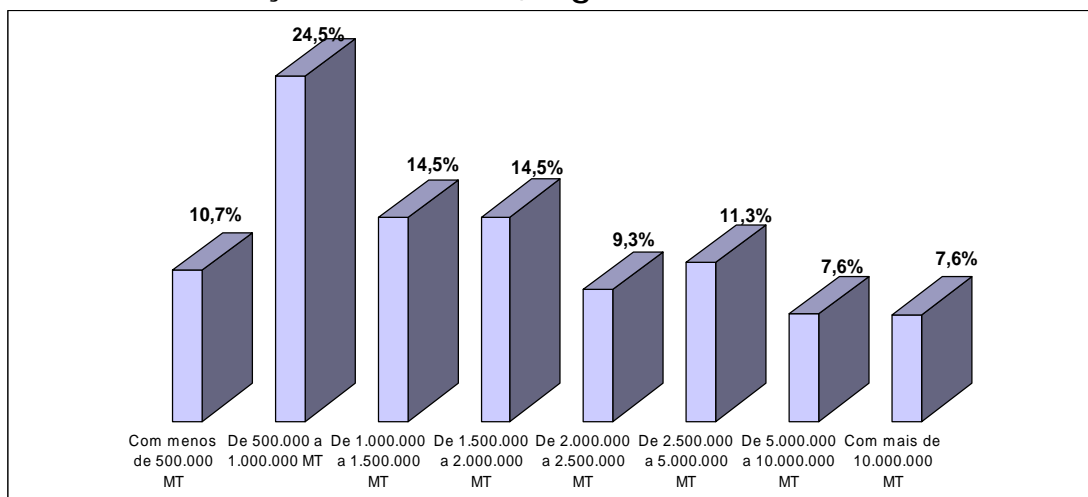
¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹³ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 35% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito é frequentemente alvo de calamidades naturais que afectam profundamente a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem, naqueles períodos, a níveis de segurança alimentar de risco. Porém, em situação normal, este distrito tem autosuficiência de cereais assegurada.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam a comunidade aquando de calamidades, são o Programa Mundial para a Alimentação, o Departamento de Prevenção e

Barue



Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito tem **ligação rodoviária** com a capital da província e com a cidade de Tete, por via do troço da EN 102 Chimoio-Tete, numa extensão de 146kms. Todas as 6 estradas de que o distrito dispõe estão transitáveis, depois de terem beneficiado de obras de reabilitação.

A reabilitação de estradas secundárias e terciárias tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas.

TABELA 20: Rede de Estradas

Localização	Dimensão (Kms)	Tipo	Transitável	Reabilitada	Tecnologia
Chimoio- Tete	146	EN	Sim	Sim	M
Fudzi-Macossa	85	EN	Sim	Sim	M
Catandica-Choa	33/17	NC	Deficiente	Sim	M
Catandica- Cagore	26	NC	Sim	Sim	O
Honde-Pance	17	NC	Sim	Sim	O
Chidengue-Nhamoa	58/26	NC	Sim	Sim	M

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Tecnologia : M- Mecanizada; O- Trabalho Manual.

Fonte: Administração do Distrito

Os trabalhos de construção/reabilitação estão a cargo da ECMEP e companhias privadas, com financiamento de vários doadores como o ACNUR, KFW e a GTZ.

A infra-estrutura de **telecomunicações** o distrito apenas dispõe duma rede de postos fixos de rádio. A distribuição de **fontes de água** pelas várias localidades do distrito não está equilibrada e o seu acesso ainda é satisfatório para a maioria da população.

A empresa Água Rural é a entidade que mais tem contribuído na construção/reabilitação de poços e furos no distrito. A par da EPAR, o ACNUR, UNICEF,

Barue



PRONAR, GEOMOC, União Europeia e Terra Search são organizações/entidades que financiam as actividades neste sector. Das 33 bombas do tipo Afridev instaladas nesses poços/furos 4 encontram-se neste momento avariadas.

A Água Rural tem organizado estágios para a manutenção deste tipo de bomba de água, cujos maiores beneficiários têm sido os líderes comunitários, incluindo mulheres. Existem a nível distrital animadores para o sector de água representando a Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH). A manutenção das bombas está a cargo da empresa Água Rural que, também, tem disponibilizado peças sobressalentes e acessórios.

A participação comunitária no sector de água é significativa, na medida em que a população sempre está receptiva ao pagamento das despesas relacionadas com a manutenção das fontes de água em quase todas as zonas do distrito.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só 1% da população do distrito beneficia de *energia eléctrica*, concentrada na vila de Catandica. A Vila-sede do distrito possui um plano de urbanização e ordenamento territorial que promove um certo dinamismo na construção de residências e infra-estruturas sociais. O mesmo plano está a ser elaborado para a sede do PA de Nhampassa. No PA de Chôa este processo está ainda bastante atrasado devido à dispersão da população.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

O solo é usado pelo sector familiar numa base de posse tradicional, obedecendo à prática de agricultura itinerante, sendo o pastoreio, em algumas zonas, uma actividade importante da população.

10.5.1 Zonas agro-ecológicas

Este distrito é dominado por solos residuais, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos. Na zona da fronteira com o Zimbabwe, os solos têm uma textura pesada, profundos e

Barue



moderadamente bem drenados, ligeira a fortemente lixiviados, contudo apresentando boas capacidades de retenção de água, o que é bom para a agricultura.

10.5.2 Infra-estruturas e equipamento

É na faixa do distrito atravessada pelo rio Pungué e seus afluentes, que é praticada a agricultura irrigada. Mais para o interior do distrito, existem algumas terras onde é possível utilizar pequenos sistemas de rega para produção agrícola, desde que haja algum investimento para a construção de sistemas de armazenamento de água.

Este distrito possui cerca de 300 hectares de regadios (só 157ha estão operacionais) não operacionais por avarias de equipamentos e destituições causadas pelas cheias. Está em curso um plano para a sua reabilitação, mas a capacidade financeira dos proprietários e utentes é um entrave à sua célere implementação.



Foto 1: Aproveitamento de fontes de água para irrigação

Legenda: Uma das nascentes de água que abastecem o regadio do Sr. Simon Massanduze, na Serra Choa; e Infraestrutura feita com material local que permite a diversão de uma parte do caudal do rio para o canal de condução da água.

Fonte de dados: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, Levantamento dos Regadios na Zona Centro - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002

Existem pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície a cerca de 187 ha (somente 47 ha estão operacionais).

10.5.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca), enquanto que nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mandica e feijão nhemba. O algodão e o amendoim são as cultura de rendimento, produzidas em regime de monoculturas. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

Na faixa da fronteira com o Zimbábwe, os solos têm boa capacidade de retenção de água, e os sistemas de produção compreendem consociações de milho e feijão vulgar. Há observância ainda da produção de culturas de rendimento tais como batata reno e feijão manteiga, sendo de assinalar ainda que esta cultura pode ser feita em duas épocas. Durante a época fresca, em particular nos vales, é comum a produção de hortícolas.

Quanto às culturas comerciais as maiores limitações são a escassez de meios de produção (charruas e animais de tracção) e de sementes e, em alguns casos, insuficiência de terra de boa qualidade.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

O potencial para agricultura irrigada está muito limitado aos solos aluvionares das margens do Pungué, em particular aqueles de textura média a pesada. Estes solos são profundos a muito profundos, ricos em matéria orgânica e apresentam ainda excelentes capacidades de retenção de água e nutrientes, contudo, podem localmente ser ligeiramente salinos e/ou sódicos.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

A irregularidade da precipitação e a vulnerabilidade às calamidades naturais condicionam, pois, o potencial de produção agrícola do distrito.

Barue



TABELA 21: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	14.797	24.704	15.709	8.979	8.919	9.883
Amendoim	600	540	546	486	258	211
Mandioca	260	2.180	150	1.200	216	1.728
Feijões	630	630	504	509	375	384
Batata Doce	160	1.600	160	1.420	613	6.130
Algodão caroço	1.250	1.000	350	280	41	31
Tabaco	280	2.170	515	4.520	793	6.805
Girassol	1.200	960	1.200	960	826	676
Total	19.177	33.784	19.134	18.354	12.082	25.879

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.4 Pecuária



O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se um crescimento do efectivo bovino de 9 mil cabeças em 2000, para cerca de 11 mil em 2004.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.5 Pescas, Florestas e Fauna bravia

Existem grandes potencialidades para a produção arborícola no distrito, devido ao bom clima e solos, existindo actualmente um viveiro para a produção de plantas. A falta de recursos materiais, financeiros e técnicos (humanos) constituem as principais limitações para a produção arborícola no distrito.

O desflorestamento e a erosão são problemas que afectam sobremaneira o distrito de Bárue. Em algumas localidades, as populações chegam a percorrer 8 kms até à da fonte de lenha mais próxima. Os grandes problemas ambientais do distrito são as queimadas descontroladas, predominantes na época de caça e abertura de machambas, a erosão hídrica devido à prática de agricultura nas encostas e à poluição da água do rio Pungué pelos garimpeiros que ali desenvolvem actividades de mineração.

Barue



A lenha e o carvão constituem as fontes de energia mais utilizadas. Destas fontes, apenas o carvão é comercializado. A lenha é abundante em todo o distrito, sendo os principais tipos de árvore, a messassa e a munga.

As poucas árvores existentes são de frutos silvestres, como por exemplo: mazandje, maçanica e maula. Destes frutos apenas o mazandje e a maçanica são comercializados embora em pequena escala, sendo a maçanica utilizada também para consumo das famílias. As árvores de fruta mais importantes são as mangueiras, bananeiras e papaeiras. A comercialização destes frutos é limitada aos mercados locais. Como limitantes à produção de árvores de fruta aponta-se a falta de sementes ou mudas, a falta e a qualidade insuficiente da terra.

A caça e a pesca complementam a dieta das famílias no distrito. Os animais mais caçados são o cabrito-do-mato, ratazanas, palapalas, cudos, coelhos e gazelas. A vida selvagem não desempenha presentemente nenhum papel de relevo em termos comerciais ou de turismo. A existência de um número considerável de cursos de água faz com que a pesca seja uma fonte adicional na dieta local.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

O comércio, a pequena indústria local (carpintaria, artesanato) e a pesca artesanal surgem como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. O distrito conta com 73 unidades moageiras de 3ª classe e uma moageira de 2ª classe, empregando ao todo 27 trabalhadores.

Possui 13 lojas (operacionais) com 39 trabalhadores (Catandica e Nhampassa); 1 mercado informal em Catandica; e 22 mercados informais (Catandica e Nhampassa). Com fundos do FARE, foi reabilitado um estabelecimento comercial em Chuala, construídos 2 estabelecimentos comerciais em Chôa e Nhampassa e adquirida uma viatura de 3.5 ton, para um comerciante.

O distrito é potencial em recursos minerais, ainda não explorados ou em exploração parcial, havendo ocorrência de recursos minerais, nomeadamente, ouro aluvionar, ao longo do rio Caeredze, turmalinas e outras pedras preciosas.

Este distrito não tem potencial turístico significativo e as infra-estruturas de desenvolvimento do sector são muito limitadas. O Banco Austral é a única instituição bancária a operar no distrito.

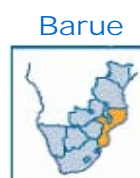
Barue



Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Barue

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				P.A:	Localidade	Aldeia/Povoação	
1	Mero M. Nhadziuo	Régulo	M	Catandica	Catandica	Cagole	25/06/02
2	Elias Xadrequé	Régulo	M	Catandica	Catandica	Sanhantuzi	03/07/02
3	Ténesse C.Gumbinde	Régulo	M	Nhampassa	Nhassacara	Mpataguenha	17/07/02
4	Tomás Suite Campira	Régulo	M	Catandica	Chuala	Mussianhalo	12/08/02
5	Sérgio Janeiro Sacaciro	Régulo	M	Serra-Chôa	Chôa-Sede	Chôa-Sede	13/08/03
6	Oniasse B. Seguma	Régulo	M	Catandica	Catandica	Munene	15/08/02
7	Notice Sabão	Régulo	M	Catandica	Catandica	Sabão	11/10/02



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Manica, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Manica, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Manica, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Manica, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Manica, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Manica, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Manica, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Barue



Estatístico Sanitário da Província de Manica, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Ação Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

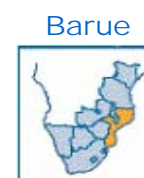
UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*



Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005